

**Povos Indígenas no Brasil**

Fonte: Journal de Brasília Class.: 121

Data: 25/06/88 Pg.: \_\_\_\_\_



Josemar Gonçalves

O suspense mantido durante 8 horas acabou com a retirada do artigo, comemorada com dança pelos índios

**Acordo dá vitória a índios que terão terras garantidas**

Depois de quase oito horas de reunião, as lideranças partidárias fecharam acordo sobre o capítulo dos Índios. Os representantes de 35 nações indígenas, que se concentraram durante todo o dia no Congresso Nacional, homenagearam a Constituinte com uma dança ao saberem que os líderes haviam concordado em suprimir o artigo 271, que excluía os índios "aculturados" de todos os direitos previstos no texto constitucional.

O acordo só saiu no início da noite de ontem e alguns constituintes, como o deputado Roberto Freire (PCB-PE) e Amaury Müller (PDT-RS), não sabiam precisar se chegariam ou não a um consenso. Para surpresa da ala progressista, que durante toda a semana passada adiou a negociação para evitar a votação do mandato do presidente José Sarney, a reunião de ontem começou com um verdadeiro impasse político. Os dois acordos que já haviam sido firmados foram retirados da mesa de negociação e a cada instante a discussão mudava de rumo.

**Benefitorias**

A principal divergência surgiu em relação ao parágrafo que torna nulos e extintos os atos de ocupação, domínio e posse das terras indígenas. Isso significa que não serão reconhecidas, após a promulgação da futura constituição, as áreas indígenas que estiverem sendo ocupadas por posseiros. Mesmo que por período de mais de dez anos, sejam devolvidas para a tribo de origem.

O Centrão, no entanto, não aceitava essa "desapropriação" e sugeriu que fosse criado um

critério de indenização das benfeitorias. Nesse instante, a negociação recuou totalmente para viabilizar o acordo, fazendo valer sua proposta, os representantes do Centrão — deputado José Lins (PFL-CE) e Bonifácio Andrade (PDS-MG) — acabaram acatando a proposta de supressão do artigo 271.

No texto do acordo, que deverá ser votado hoje à tarde são reconhecidos os direitos originários dos índios sobre as terras que eles tradicionalmente ocupam, competindo à União a sua demarcação. Assim, fica excluído do texto constitucional do dispositivo que limitava em cinco anos após a promulgação da futura Constituição o prazo para a demarcação dessas áreas. O aproveitamento dos recursos hídricos e energéticos e a pesquisa e lavra das riquezas minerais só serão permitidas em áreas indígenas com a autorização do Congresso Nacional, desde que ouvidas as comunidades afetadas que terão direito a participação nos lucros.

A falta de um acordo — pela manhã — para o capítulo do Índio fez com que a sessão da Assembleia Nacional Constituinte terminasse ontem sem nenhuma votação, nem mesmo a que ocorre normalmente quando algum parlamentar pede a verificação de quorum. A Mesa da Assembleia, que foi presidida por vários de seus integrantes, à exceção do deputado Ulysses Guimarães (PMDB-SP), protelou uma verificação até que se encerrasse o prazo regimental para o início de qualquer votação, que é de quatro horas.

**Ulysses prevê Carta em julho**

O deputado Ulysses Guimarães disse ao novo Cardeal brasileiro, D. José Freire Falcão, Arcebispo de Brasília, que quer a Constituição pronta até dia 10 de julho. Na visita de 25 minutos que fez ontem a dom José Freire Falcão, para cumprimentá-lo, Ulysses lamentou que seus compromissos políticos na Constituinte o impeçam de ir a Roma, em 29 de junho, participar do consistório convocado pelo Papa, solenidade onde os bispos recebem o chapéu cardinalício.

Ulysses explicou a dom Falcão que, assim que a Constituinte definir o mandato do presidente José Sarney, os trabalhos deverão

deslançar. O deputado espera que a questão seja decidida hoje ou amanhã. Como presidente do PMDB, Ulysses aguarda que, adotados quatro ou cinco anos para Sarney, os dissidentes do partido resolvam ficar e desistam da criação de uma nova sigla.

O Cardeal perguntou ao presidente da Constituinte se as eleições municipais não vão ser adiadas. Dom Falcão explicou que sua preocupação era com sua terra natal, Ererê, no município de Pereiro, Ceará. Ulysses respondeu com convicção: "Não, elas ocorrerão na data prevista, 15 de novembro".

**Waldir pede saída do deputado**

Salvador — O governador da Bahia, Waldir Pires, defendeu ontem, em Salvador, a substituição do deputado Ulysses Guimarães no comando do PMDB, ressentido pelo fato de a direção nacional do partido, em nenhum momento, até agora, ter protestado contra as retaliações que o Governo Federal vem promovendo contra a Bahia, pelo fato de ele ser favorável a um mandato de quatro anos para o presidente Sarney.

Waldir Pires acha que deve haver uma "mudança radical" no comando do partido. "Creio que devemos mudar na Convenção Nacional que será realizada após a promulgação da nova Constituição, inclusive o presidente,

apesar do respeito que tenho e a representatividade do deputado Ulysses Guimarães".

O governador baiano disse que o mandato de quatro anos que defende "corresponde à linha do partido, coerente com sua história de luta contra o autoritarismo e pela democracia". Acrescentou que "a Bahia toma suas decisões sentada na sua dignidade" e frisou que as retaliações praticadas pelo presidente Sarney "são inaceitáveis".

As declarações de Waldir Pires repercutiram como um complemento das críticas feitas no fim da semana passada, na Bahia, pelo ex-governador do Rio, Leonel Brizola, na convenção estadual do PDT.